



**MARINHA DO BRASIL  
COMANDO DO 7º DISTRITO NAVAL  
NÚCLEO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 62055.011816/2024-66**

**CREDENCIAMENTO DE ORGANIZAÇÕES CIVIS DE SAÚDE (OCS), LOCALIZADAS NO DISTRITO FEDERAL E NOS ESTADOS DO GOIÁS E TOCANTINS, INTERESSADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM HABILITAÇÃO/REABILITAÇÃO FÍSICA, INTELECTUAL, AUDITIVA, VISUAL, TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) E MÚLTIPLAS DEFICIÊNCIAS À PESSOA COM DEFICIÊNCIA, COM VISTAS A COMPLEMENTAR OS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DAS ORGANIZAÇÕES MILITARES DE SAÚDE (OMS), COMPLEMENTANDO AS AÇÕES DA DIRETORIA DE SAÚDE DA MARINHA (DSM).**

**I - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERADO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO**

O credenciamento de Organizações Cíveis de Saúde (OCS), localizadas no Distrito Federal e nos Estados do Goiás e Tocantins, interessadas na **prestação de serviços de Atenção Especializada em habilitação/reabilitação Física, Intelectual, Auditiva, Visual, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Múltiplas Deficiências à pessoa com deficiência**, com vistas a COMPLEMENTAR os serviços especializados das Organizações Militares de Saúde (OMS), conforme preceitua o inciso II, do art. 20, do Decreto nº 92.512/1986, faz-se necessário, uma vez que:

a) De acordo com o disposto na DGPM-501 - Normas sobre a Assistência Integrada na Marinha do Brasil (7ª Revisão), o Núcleo de Assistência Social, é o órgão executor do Programa de Atendimento Especial - Pessoa com Deficiência (PAE), na área do Comando do 7º Distrito Naval, a qual compreende o espaço terrestre do Distrito Federal e dos Estados do Goiás e Tocantins. Um dos objetivos do PAE é atender os dependentes de militares e servidores civis com deficiências, complementando os serviços especializados das organizações militares de saúde, conforme preceitua o inciso II, do art. 20, do Decreto nº 92.512/86. O público-alvo são dependentes de militares e servidores civis que apresentem distúrbios do desenvolvimento neuropsicomotor, ou seja, prejuízos neuromotores, mentais ou sensoriais causados por transtorno congênitos, perinatais ou adquiridos na infância, cujas apresentações clínicas mais frequentes são a paralisia cerebral a deficiência intelectual, as deficiências sensoriais (visual e auditiva e os transtornos do espectro autista).

*“Art. 20. Os Ministérios Militares, através de seus órgãos competentes, poderão celebrar convênios ou contratos com entidades públicas, com pessoas jurídicas de direito privado ou com particulares, respectivamente, para:*

*(...)*

*II - complementar os serviços especializados de suas organizações militares de saúde;” (grifo nosso)*

b) Esta complementação refere-se à prestação de serviços de Atenção Especializada em habilitação/reabilitação Física, Intelectual, Auditiva, Visual, Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) e Múltiplas Deficiências dos dependentes de militares e servidores civis a partir de 3 (três) anos de idade;

c) A vigência do Edital nº 001/2021 se encerra em 31/12/2024 e o NAS objetiva manter o vínculo de credenciamento com as 05 clínicas atualmente credenciadas, as quais atendem, em média, 130 usuários, conforme últimos dados consolidados;

d) O NAS busca ampliar a possibilidade de novas unidades credenciadas, tendo em vista o crescimento constante e mensal do Programa: uma média de 20 novos usuários ao mês. Esse aumento constante e progressivo é observado em todo o Sistema de Assistência Social da Marinha - SiASM, assim como no Sistema de Saúde da Marinha - SSM. Atualmente, o Hospital Naval de Brasília (HNBra), em decorrência da alta demanda, apresenta o limite de atendimento aos dependentes com deficiência de militares e servidores civis em até 3 anos de idade. Soma-se a isso o aumento mundial no diagnóstico de crianças autistas, o qual é somente um dos diagnósticos incluídos

nos casos de elegibilidade para atendimento no PAE. Segundo dados do CDC (Centro de Controle e Prevenção de Doenças) nos Estados Unidos. O relatório mais recente do órgão (2021) mostra que **1 a cada 36 crianças de até 8 anos de idade é diagnosticada com TEA (Transtorno do Espectro Autista)** e a área do Comando do 1º Distrito Naval (Rio de Janeiro e parte de Minas Gerais), reflete o aumento no diagnóstico de crianças autistas assim como é visto mundialmente.

## **II - DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL, SEMPRE QUE ELABORADO, DE MODO A INDICAR O SEU ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO**

As Forças Armadas estão dispensadas da obrigatoriedade de utilização do Plano Anual de Contratações (PAC). Conforme disposto no parágrafo único do Art. 1º do Decreto nº 11.137, de 18 de julho de 2022: *“O cumprimento do disposto neste Decreto é dispensável aos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, sem prejuízo da observância do princípio do planejamento de que trata o art. 5º da Lei nº 14.133, de 2021”*.

Não obstante a dispensa e em atendimento ao art. 5º da Lei nº 14.133, de 2021, ora citada, foi realizada a Projeção de Necessidades de Recursos Financeiros para 2024/2025, com o intuito de analisar o contexto histórico e atual de demandas financeiras do Programa de Atendimento ao Especial (PAE), realizando uma abordagem das movimentações dos usuários no programa e os regimes de atendimentos mais utilizados, de modo que permita alcançar projeções para os próximos três anos, objetivando o estabelecimento de valores necessários para o programa em função do novo edital de credenciamento previsto para o ano de 2024.

O estudo consta do documento “Projeção de Necessidades de Recursos Financeiros para 2024/2025”, elaborado na fase de planejamento, Anexo A deste Estudo Técnico Preliminar.

## **III - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

Os serviços têm caráter continuado, tendo seus documentos correlatos validade de 05 (cinco) anos, prorrogáveis até o limite de 120 (cento e vinte) meses, na forma do art. 107, da Lei nº 14.133/2021.

Para habilitar-se ao credenciamento, os interessados deverão apresentar a documentação completa explicitada nos termos do Edital, das Normas e atos que disciplinam o assunto.

Poderão candidatar-se pessoas jurídicas prestadoras de Serviços Assistenciais Interdisciplinares à pessoa com deficiência, que possuam todos os requisitos legais e que apresentem as habilitações descritas no Edital de Credenciamento.

## **IV - ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHEM DÃO SUPORTE, QUE CONSIDEREM INTERDEPENDÊNCIAS COM OUTRAS CONTRATAÇÕES, DE MODO A POSSIBILITAR ECONOMIA DE ESCALA**

Devido à imensa variedade de serviços constantes do objeto a ser contratado, o custo estimado da contratação foi apurado, conforme pode ser observado na Justificativa para Pesquisa de Mercado - Anexo I do Documento de Formalização da Demanda (DFD) e descrito a seguir:

**a) DO QUANTITATIVO DE USUÁRIOS**

Como o processo de Credenciamento é um chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados, e com a crescente demanda do setor, não tem como mensurar a quantidade de clínicas que serão credenciadas. Exigindo-se, tão somente, a documentação estabelecida no Edital e demais legislações aplicáveis ao assunto, na área de abrangência do Núcleo de Assistência Social.

Em 2023, a média mensal de novos usuários foi de 3,5 usuários e média mensal de atendimentos em 110. Considerando esses dados, estipulou-se uma previsão de aumento de atendimentos no período conforme tabela abaixo:

Nº DE ATENDIMENTOS DO PAE - 2023			02/2024 A 01/2025
MES	TOTAL DE ATD	MÉDIA DE ATD/USUÁRIO	PREVISÃO DE AUMENTO DE ATD
JAN	110	2,6	113
FEV	113	2,7	116
MAR	116	2,7	119
ABR	119	2,8	122
MAI	122	2,9	124
JUN	124	3,0	127
JUL	127	3,2	130
AGO	130	3,3	134
SET	133	3,4	137
OUT	136	3,4	139
NOV	139	3,5	142
DEZ	142	3,5	145

**V - LEVANTAMENTO DE MERCADO, QUE CONSISTE NA ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS, E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR**

**a) LEVANTAMENTO DE MERCADO:**

A fim de se verificar e estabelecer os valores a serem pagos pelos serviços contratados, foram feitas pesquisas de mercado. Os valores praticados na região da área de abrangência do NAS são os constantes nas tabelas abaixo:

Terapias convencionais	Oficinas Pedagógicas e/ou Terapêuticas	Atendimento domiciliar
R\$ 101,58 Por sessão	R\$ 101,58 Por hora	R\$ 121,89 Por sessão

**b) JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR:**

A inexigibilidade de Licitação pela inviabilidade de competição é demonstrada pela incapacidade de se satisfazer o interesse público através da contratação de uma única prestadora para o serviço. Em função do objeto que se persegue, quanto maior o número de prestadores de serviços, melhor serão satisfeitas as necessidades da Administração, cabendo à mesma assegurar que todos aqueles que com ela queiram estabelecer um ajuste possam fazê-lo, bastando para tanto o atendimento a alguns requisitos. Não há distinções, ou seja, qualquer contratado assumirá igual obrigação perante a Administração e receberá a mesma quantia em pagamento, nas mesmas condições dos demais credenciados.

O Credenciamento, cujo princípio constitucional e administrativo norteador é o da isonomia, se justifica nas hipóteses em que o interesse público não pode ser atendido através da contratação de apenas uma pessoa ou, em outras palavras, nos casos em que a obtenção de uma única proposta, mais vantajosa, não seja suficiente para atender ao objetivo da Administração Pública, no caso o NAS.

Dessa forma, a inviabilidade ressalta-se, sobretudo, pelo fato de, em nome do interesse público, existir a necessidade de obter diversas propostas vantajosas. Por essa razão, sugere-se que o credenciamento seja realizado com base na inexigibilidade de licitação, nos termos do inciso IV do art. 74 e inciso I do art. 79, ambos da Lei nº 14.133/2021, assim como o inciso I do art. 3º do Decreto nº 11.878/2024, o qual regulamenta o procedimento auxiliar de credenciamento para a contratação de bens e serviços.

**VI - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADA DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, QUE PODERÃO CONSTAR DE ANEXO CLASSIFICADO, SE A ADMINISTRAÇÃO OPTAR POR PRESERVAR O SEU SIGILO ATÉ A CONCLUSÃO DA LICITAÇÃO**

Os preços unitários referenciais, memórias de cálculo e documentos que lhe dão suporte contam da Justificativa para Pesquisa de Mercado - Anexo I do Documento de Formalização da Demanda (DFD) e seus Apêndices.

**VII - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO**

Em 28 de julho 2020, foi aprovado pelo Diretor-Geral do Pessoal da Marinha, o Plano de Assistência Social da Marinha (PASM) - 2021/2024. Dos objetivos

institucionais e ações estratégicas do citado documento, destaca-se a missão regulamentar da Assistência Social nas Forças Armadas:

*“Nas Forças Armadas, as ações da Assistência Social integram a estratégia de recursos humanos e têm como propósito principal contribuir para a prevenção e o atendimento de demandas socioassistenciais que podem se constituir em ameaças ao pronto emprego do contingente. Assim, de acordo com o Plano Estratégico da Marinha (PEM), a missão da Assistência Social é executar ações de apoio ao núcleo familiar de militares e servidores civis, buscando minimizar as interferências de situações sociais, psicológicas e jurídicas adversas que possam comprometer os recursos humanos da Marinha do Brasil no desempenho de suas tarefas.*

*Com o intuito de promover a unidade de direção e a integração de todas as atividades preventivas e de resposta às necessidades socioassistenciais da Família Naval, o presente Plano foi elaborado para atender aos seguintes **propósitos**:*

- a) Estabelecer os objetivos estratégicos da área de Assistência Social da MB;*
- b) Definir as ações básicas a serem realizadas pelos Órgãos de Execução do Serviço de Assistência Social ao Pessoal da Marinha (OES);*
- c) Disseminar a metodologia de planejamento e gestão adotados pela DASM; e*
- d) Definir estratégias para o aperfeiçoamento do Sistema de Assistência Social da Marinha (SiASM).”*

Pretende-se contratar, através de credenciamento, pessoas jurídicas, para a prestação dos seguintes serviços:

a) **Serviço de Psicologia:** Atua na área da saúde, colaborando para a compreensão dos processos intra e interpessoais, utilizando enfoque preventivo ou curativo, isoladamente ou em equipe multiprofissional. Realiza pesquisa, diagnóstico, acompanhamento psicológico e intervenção psicoterápica individual, por meio de diferentes abordagens teóricas;

b) **Serviço de Fisioterapia:** Atua na construção do diagnóstico dos distúrbios cinéticos funcionais (Diagnóstico Cinesiológico Funcional) à prescrição das condutas fisioterapêuticas, a sua ordenação e indução no paciente, bem como, o acompanhamento da evolução do quadro clínico funcional;

c) **Serviço de Fonoaudiologia:** Atua em pesquisas, prevenção, avaliação e terapias fonoaudiológicas na área da comunicação oral e escrita, voz e audição, bem como em aperfeiçoamento dos padrões de fala e voz;

d) **Serviço de Terapia Ocupacional:** Atua na prevenção e no tratamento de indivíduos portadores de alterações cognitivas, afetivas, perceptivas e psicomotoras, decorrentes ou não de distúrbios genéticos, traumáticos ou de doenças adquiridas, por meio da sistematização e utilização da atividade humana como base de desenvolvimento de projetos terapêuticos específicos;

e) **Serviço de Psicomotricidade:** Atua na interface saúde, educação e cultura, avaliando, prevenindo, cuidando e pesquisando o indivíduo na relação com o ambiente e processos de desenvolvimento, tendo por objetivo atuar nas dimensões do esquema e da imagem corporal em conformidade com o movimento, a afetividade e a cognição;

f) **Serviço de Psicopedagogia:** Atuar alinhando as áreas de Educação e Saúde, que se ocupa do processo de aprendizagem, considerando o sujeito, a família, a escola, a sociedade e o contexto sócio-histórico, utilizando procedimentos próprios, fundamentados em diferentes referenciais teóricos;

g) **Serviço de Musicoterapia:** Atua em diversas áreas: como pesquisa, educação, prevenção, reabilitação e tratamento, utilizando a música e seus elementos musicais, instrumentos diversos, o corpo como um todo, com objetivos terapêuticos, a fim de atender às necessidades físicas, mentais, sociais e emocionais. O musicoterapeuta busca desenvolver potenciais e restaurar funções do indivíduo para que ele alcance uma integração intra e interpessoal e, conseqüentemente, uma melhor qualidade de vida;

h) **Serviço de Equoterapia:** É um método terapêutico que utiliza o cavalo dentro de uma abordagem interdisciplinar nas áreas de saúde, educação e equitação, buscando o desenvolvimento biopsicossocial de pessoas com deficiência ou com necessidades especiais;

i) **Serviço de Hidroterapia:** Modalidade da fisioterapia com a finalidade da reabilitação através do ambiente aquático, com o objetivo de utilizar as propriedades físicas da água para potencializar o tratamento. Tais propriedades podem gerar facilitação ou resistência aos movimentos e cabe ao fisioterapeuta utilizá-las para promover fortalecimento muscular, flexibilidade, redução de tônus, exercícios de marcha e relaxamento, entre outros.

Para que seja realizada é necessário que a água seja aquecida (entre 28° e 33°), seja de tamanho suficiente para que o paciente possa fazer os exercícios e o terapeuta auxiliá-lo, além de recursos para que o paciente entre ou saia da piscina com segurança (rampa com corrimão ou elevador hidráulico). Outros recursos como flutuadores, palmares, tubos, caneleiras e recursos lúdicos também podem ser utilizados;

j) **Serviço de Atendimento Domiciliar:** É definido como o acompanhamento de paciente especial, impossibilitado temporária ou definitivamente de realizar as terapias em clínicas credenciadas com a MB, por motivo de saúde. A referida questão será atestada pelo GAAPE e a modalidade indicada em conjunto com o Serviço Social da PNNSG, em caráter excepcional; e

l) **Oficinas terapêuticas:** ambiente destinado para atendimento em grupo mediada por um ou mais profissionais, com objetivo específico e delineado ou que podem ser definidas de acordo com o interesse dos usuários, que visa fortalecer espaços de convivência e interação social, promovendo autonomia por meio de atividades significativas, com a valorização do potencial criativo, imaginativo e expressivo. Para o público do PAE, essas oficinas são de extrema importância para o público adolescente e adulto, pois contribuem para a independência, organização e execução de tarefas do dia a dia. Alguns exemplos de oficinas terapêuticas são: 1) espaço de expressão plástica; 2) expressão corporal; 3) expressão verbal; 4) expressão musical; 5) fotografia; 6) teatro; 7) culinária; 8) costura; e 9) artesanato em geral.

Além dos serviços acima mencionados, outros serviços poderão ser ofertados pelas clínicas e, caso sejam ratificados pela avaliação técnica do Grupo de Avaliação e Acompanhamento de Pacientes do Programa de Atendimento Especial - Pessoa com Deficiência, poderão ser executados.

### **VIII - JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO**

Em regra, conforme inciso II do art. 47 da Lei nº 14.133/2021, os serviços deverão ser divididos em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente vantajoso, procedendo-se à licitação, com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

O disposto não se aplica à presente demanda, uma vez que, adotando-se o credenciamento pela inexigibilidade de licitação, prevista no inciso IV do art. 74 da Lei nº 14.133/2021, assegura tratamento isonômico aos interessados na prestação dos serviços e negociando-se as condições de atendimento, obtendo uma melhor qualidade dos serviços, além do menor preço, visando a ampla satisfação das necessidades do Poder Público.

O objetivo do Credenciamento é garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, que será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Torna possível a satisfação total do fornecimento dos serviços solicitados e garante a participação de diversos fornecedores, de forma paralela e não excludente (inciso I, do art. 3º do Decreto nº 11.878/2024). Qualquer contratado assumirá igual obrigação perante a Administração e receberá a mesma quantia em pagamento, nas mesmas condições dos demais credenciados.

### **IX - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS;**

Com esta contratação, espera-se que:

a) O NAS cumpra com a execução do PAE, previsto no Capítulo 8 da DGPM-501 - Normas sobre a Assistência Integrada na Marinha do Brasil (7ª Revisão);

b) Contribua para a conquista da autonomia e da capacidade física, mental, social, bem como da inclusão de dependentes de militares e servidores civis da Marinha que possuem deficiências, através do acesso a serviços de habilitação e reabilitação de qualidade;

c) Melhore o aproveitamento dos recursos financeiros disponíveis;

d) Amplie a quantidade de serviços oferecidos pelo credenciamento de pessoas jurídicas que prestem serviços assistenciais interdisciplinares; e

e) Melhore a fiscalização da qualidade e exigências especificadas para o serviço, facilitando a adequação da Contratada às exigências previstas na legislação em vigor,

evitando um sobre-esforço gerencial da Administração e a descontinuidade do serviço, que poderia acarretar prejuízos ao atendimento dos usuários, comprometendo a eficiência do serviço prestado.

**X - PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL**

O NAS e o GAAPE possuem profissionais capacitados para o gerenciamento e fiscalização técnico-administrativa dos credenciamentos, não necessitando de quaisquer outras adequações.

**XI - CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

Não há contratações correlatas ou interdependentes.

**XII - DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS, INCLUÍDOS REQUISITOS DE BAIXO CONSUMO DE ENERGIA E DE OUTROS RECURSOS, BEM COMO LOGÍSTICA REVERSA PARA DESFAZIMENTO E RECICLAGEM DE BENS E REFUGOS, QUANDO APLICÁVEL**

Visando evitar os possíveis impactos ambientais, a Contratada deverá observar os critérios e práticas de sustentabilidade previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021 e do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis - 6ª Edição Setembro/2023.

A(s) empresa(s) fornecedora(s) adotará(ão) as seguintes principais práticas de sustentabilidade por ocasião da prestação de serviços e no uso dos materiais atrelados à sua execução, quando couber:

a) que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR 15448-1 e 15448-2;

b) que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação, do Instituto Nacional de Metrologia, normatização e Qualidade Industrial - INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

c) que os bens, preferencialmente, sejam acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

d) que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (*Restriction of Certain Hazardous Substances*), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

**XIII - POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA.**

Os estudos preliminares evidenciaram que a contratação da solução descrita no item VII, ou seja, contratação de empresas especializadas para a prestação de serviços complementares de assistência aos usuários do Sistema de Saúde Marinha e seus dependentes, por meio do credenciamento com o objetivo de satisfazer totalmente às

necessidades do serviço público, mostra-se possível tecnicamente e fundamentadamente necessária.

Diante do exposto, esta equipe de planejamento declara viável esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar, consoante com o inciso XIII, art. 9º da IN n. 58, de 8 de agosto de 2022, da SEGES/ME.

JANAÍNA FRANÇA OLIVEIRA LIMA  
Capitão de Fragata (T)  
Coordenadora da Equipe de Planejamento

ASSINADO DIGITALMENTE

JAILSON DA SILVA DOS SANTOS  
Capitão de Corveta (RM1-AFN)  
Membro da Equipe de Planejamento e  
Responsável

ASSINADO DIGITALMENTE

JÉSSICA LAYANNE APARECIDA PINHO  
MOREIRA TORRES  
Capitão-Tenente (RM2-T)  
Membro da Equipe de Planejamento

ASSINADO DIGITALMENTE

CATARINA MOURA DE FARIAS E FARIA  
Primento-Tenente (RM2-T)  
Membro da Equipe de Planejamento

ASSINADO DIGITALMENTE

MARCOS JOAQUIM DA SILVA  
Suboficial (CN)  
Membro da Equipe de Planejamento

ASSINADO DIGITALMENTE

Brasília, DF, na data da assinatura.

( X ) DE ACORDO

RICARDO DOMINGOS XAVIER  
Capitão de Corveta (IM)  
Agente Fiscal

ASSINADO DIGITALMENTE

#### **ATO DE APROVAÇÃO**

De acordo com o disposto no inciso XIII, do §1º do Art. 18º da Lei 14.133/21, aprovo o presente Estudo Técnico Preliminar, considerando necessário o

credenciamento para o objeto em lide, com vistas às justificativas apresentadas e em conformidade com as especificações e pesquisa de mercado constantes deste Estudo.

Brasília, DF, na data da assinatura.

FABIANO VITORINO FERREIRA  
Capitão de Mar e Guerra (IM)  
Chefe Geral dos Serviços  
ASSINADO DIGITALMENTE